

Povos Indígenas no Brasil

Fonte A Crítica Class.: Amaz./Militares
 Data 09/06/93 Pg.: Calha Norte

136

Amazônia... Brasil*

Ademir Ramos

A idéia mobilizadora que desenvolve nesta sustentação compreende a diversidade cultural brasileira como sustentação do espírito de um povo-nacional. De partida questiona tanto o regional ossificado quanto a Nação verde-oliva marcada pela ideologia de segurança nacional. A Amazônia, neste contexto, não é apenas um dos limites do Estado brasileiro; ela quer ser apreendida e representada pelas suas múltiplas determinações que caracterizam a construção social de sua gente.

Esse modo de ser do homem da Amazônia mediado pela floresta e pelas águas dos grandes rios é a materialidade da cultura. Esclareço que não pretendo reificá-la e nem tampouco imobilizá-la em nome de uma cultura, maiores as suas possibilidades de pertencer a uma totalidade social.

Não compreendo, todavia, que o regional ossificado seja justificável pela autonomia da cultura, pela identidade e tradição do povo. O regionalismo em na verdade ideologizado as relações em nome de uma pureza cultural, que politicamente tem servido muito mais para justificar o poder centralizador do que para uma prática democrática participativa.

Além, a centralização do Estado brasileiro tem sido o suporte que garante as elites inter-regionais defenderem seus interesses e justificarem suas alianças políticas em nome da República Federativa. A discussão sobre a representatividade parlamentar dos estados no Congresso Nacional deveria necessariamente contemplar a essencialidade da Federação no contexto do capitalismo, caracterizado por uma política neo-colonial. Instituído, dessa feita, um processo mórbido de periferização dos Estados do Norte e Nordeste configurado na dependência econômica em relação ao grande centro do capital.

A subalternidade dos estados periféricos é traduzida na descaracterização do patrimônio cultural do povo, que encontra-se reduzido a mesmice do cotidiano — impotente criatividade —, seus produtores culturais buscam integrar-se na cultura de massa e, que não, vivem dos favores do Estado.

A política de desenvolvimento implementada nessa região tem sido inteiramente divorciada das suas especificidades culturais, econômica e política. Contrária deliberadamente a sua história e, com isso, satisfaz os interesses centrais, beneficiando unicamente as oligarquias do poder dominante em conluio com o Estado. A chamada integração é a farça mais cruel dessa imagem devastou a natureza, acelerou a redução dos povos indígenas, provocou danos ecológicos irre-

paráveis e acentuou consideravelmente as desigualdades inter-regionais, criando pólos de miséria nas grandes cidades da Amazônia.

O instituto da Federação do Brasil centraliza o poder, criando laços sufocantes para os Estados e municípios, inviabilizando qualquer ação política que sustente uma bandeira pela autonomia democrática. Não se trata, veja bem, de um movimento separatista. Luta-se para instituir uma política de desenvolvimento que contemple a pluralidade da cultura amazônica em respeito às especificidades das suas micro-regiões.

Essa prática autoritária configurada no Estado Novo, quando Getúlio Vargas decreta a queima das bandeiras e a destruição dos símbolos estaduais quer significar uma pretensa unificação por decreto sob a sombra do Estado. Entretanto, a realidade é outra, caracterizada por movimentos regionais e a luta pelo reconhecimento de suas alteridades na pluralidade, que constitui a Nação brasileira no Estado Nacional.

Assim sendo, a demarcação das terras indígenas vem sendo protelada por razões de Estado, temendo a divisibilidade do território brasileiro. Até hoje, segmentos militares protestam contra a institucionalização do Parque Yanomâmi, alegando fracionamento do Estado. No entanto, sabe-se da voracidade de determinados grupos econômicos que pretendem expandir suas ações nas áreas indígenas explorando toda a riqueza contida no solo e subsolo. A demarcação e a garantia das terras indígenas é uma das certezas de que esses povos resistirão na qualidade de sujeito cultural da nossa história.

Na verdade, além da diversidade cultural é importante destacar que as fronteiras territoriais do Estado brasileiro não coincidem com as fronteiras étnicas. No entanto, para os povos indígenas que vivem essa realidade isso não representa problema. O próprio Joaquim Nabuco em defesa dos limites do Estado, sustentava a seguinte argumentação: "Porque os gentios eram as muralhas dos sertões (...)". Compreende-se, desse modo, que a implantação do Calha Norte é mais uma farsa para justificar as rubricas orçamentárias do que uma realidade sentida das comunidades indígenas que vivem na fronteira da Amazônia... Brasil.

* Texto discutido na IIIª Reunião Norte-Nordeste da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizado no período de 30 de maio a 02 de junho em Belém do Pará. GT "Pluralidade Cultural ou Separatismo."